

Políticas
Públicas para as
Mulheres
Negras

**PASSO A PASSO: DEFESA, MONITORAMENTO
E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**



criola.org.br

Contato



Av. Presidente Vargas, 482/sala 203
Centro • Rio de Janeiro • Brasil
Telfax • 21.2518-6194 • 21.2518-7964
criola@criola.org.br • www.criola.org.br

Expediente

Pesquisa e redação • Jurema Werneck
Projeto Gráfico • Luciana Costa Leite
Apoio • Fundação Heinrich Boll

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG

Tiragem • 3.000 exemplares

Nota • usamos o símbolo @
para o feminino e o masculino,
quando falamos dos dois sexos.
Exemplo: negr@s - significa
negras e negros.

Rio de Janeiro, junho de 2010.

Apresentação

Um dos principais desafios enfrentados pelas organizações negras e de mulheres negras ao longo dos últimos anos tem sido a garantia de implementação e de sustentabilidade de políticas públicas capazes de realizar as conquistas sociais das últimas décadas, em particular os resultados da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas/CMR. Esta situação, ao lado das políticas sociais implantadas ou aprimoradas no período requisitou – e ainda requisita – de ativistas, em particular afrodescendentes e, entre estes, as mulheres negras, aprofundamento continuado em sua qualificação e capacidade de intervenção. Esta qualificação deve estar voltada para atuação consistente e para o desenvolvimento de mecanismos permanentes de negociação, monitoramento e avaliação.

Para responder a este desafio, CRIOLA atua em duas vertentes principais:

- **atuação direta na formulação de estratégias e no desenvolvimento de ações de advocacy em políticas públicas, em especial aquelas de interesse das mulheres negras. Fazem parte deste conjunto as políticas de saúde; de equidade (promoção da igualdade racial e políticas para as mulheres); de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; das violências; da intolerância religiosa e promoção de direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais.**
- **assessoramento, capacitação e fornecimento de informações acerca de conteúdos e mecanismos de advocacy para ativistas de diferentes áreas, organizações da sociedade civil, profissionais e gestores em nível local, regional e nacional.**

Tal experiência desenvolvida desde 1992, contribuiu para o fomento da participação negra, em especial de mulheres negras, em diferentes instâncias de monitoramento e avaliação das políticas públicas. O que é especialmente verdadeiro no caso de Criola que, a partir do ano 2000 tem ocupado espaços diversos de interlocução tanto com a sociedade civil quanto com o Estado e seus poderes executivo, legislativo e judiciário. São exemplos desta ampliação a presença de Criola nas seguintes instâncias do período 2008-2010:

De saúde

- Conselho Nacional de Saúde. O que inclui a coordenação da Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra e a participação na Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher.
- Comitê Técnico de Saúde da População Negra, vinculado ao Ministério da Saúde.
- Comitê Técnico de Saúde da População Negra, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.
- Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.
- Conselho Distrital de Saúde do Centro do Rio de Janeiro.

De políticas para as mulheres

- Grupo consultivo da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para a implementação do Eixo 9 do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia).

De promoção da igualdade racial

- Grupo de Trabalho em Saúde da População Negra, de assessoramento à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

De enfrentamento da lesbofobia

- Câmara Técnica para a elaboração do Programa Estadual de Combate a Homofobia e Promoção da Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais criada pelo governo do estado do Rio de Janeiro e vinculada a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, com auxílio da sua Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos.

De articulação da sociedade civil: apoio e participação

- Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB.
- Fórum Estadual de Saúde da População Negra do Rio de Janeiro.
- Rede Iyá Agbá contra a Violência contra as Mulheres Negras.
- Rede Nacional de Controle Social e Saúde da População Negra.
- Rede Nacional de Religiões Afrobrasileiras e Saúde.
- Observatório da Cidadania/Social Watch.
- Diálogos contra o Racismo.

Ao mesmo tempo, esta participação tem determinado uma crescente demanda por informações e capacitações, diante da necessidade de novas instâncias de atuação tanto para Criola quanto para demais ativistas e organizações.

Para responder a esta demanda e compartilhar o conhecimento adquirido, apresentamos a você a coleção **Passo a passo: defesa, monitoramento e avaliação de políticas públicas**.

Composta de três volumes, a coleção pretende contribuir para a melhoria da qualidade do ativismo desenvolvido por mulheres e homens negros e suas organizações, para o aprofundamento das ações de advocacy de políticas públicas e para o enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia.

Esperamos que este material possa ser útil a seu trabalho.



Quantas somos?

Calcula-se no Brasil em 2010, uma população de aproximadamente 50 milhões de mulheres negras. O que equivale à população total de países como África do Sul ou Coréia do Sul, que ocupam a 25° e a 26° posições entre os países mais populosos do mundo¹.

Como vivemos?

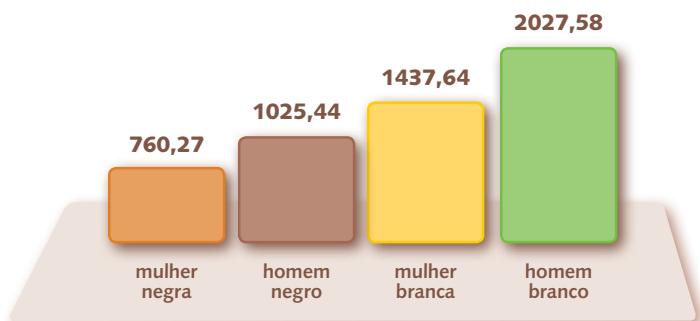
Enfrentamos, na sociedade racista e patriarcal, um ambiente extremamente adverso. Somos pessoas que enfrentam cotidianamente os piores indicadores sócio-econômicos, quando comparamos aos indicadores sócio-econômicos de mulheres e homens blanc@s e, na maior parte, aos indicadores sócio-econômicos de homens negros, como no exemplo a seguir:

Nós mulheres negras recebemos menos pelo trabalho realizado: nossa renda média é:

- 2,7 vezes menor do que recebe em média um homem branco;
- 1,8 vezes menor do que a média de renda das mulheres brancas;
- 1,3 vezes menor do que a renda média dos homens negros.

Esta desigualdade também é mostrada no gráfico a seguir.

Rendimento médio segundo raça e sexo, Brasil, 2010



Fonte: IBGE, Microdados PME. Tabulações LAESER, 2010.

¹ Entre os 198 países do mundo o Brasil é o 5° em tamanho de população.

Entendendo o gráfico

Todo gráfico é composto de várias partes. Cada uma delas traz detalhes sobre a informação que se quer demonstrar. O **título** explica que dados serão mostrados; a **legenda** ajuda a identificar como os dados foram organizados no gráfico; a **fonte** informa de onde se tirou tais informações, a **figura** é a forma como os números são transformados em imagem.

O gráfico mostra a desvantagem salarial das mulheres negras (o retângulo menor) e a maior vantagem dos homens brancos (retângulo maior). Mostra também que as mulheres brancas estão em melhor posição do que mulheres e homens negros. O que demonstra existir uma linha racial que separa rendimentos de negr@s e branc@s, havendo também outra linha que separa mulheres e homens do mesmo grupo racial, estabelecendo desigualdades.

Podemos chamar este fenômeno, esta divisão, de **racismo patriarcal**, porque ele, além de inferiorizar a população negra, também estabelece formas diferenciadas de subordinação de acordo com o sexo das pessoas negras, afetando principalmente mulheres dos grupos raciais inferiorizados.

Outros dados estão disponíveis. Você pode conseguí-los pesquisando na internet ou em publicações, garimpando em bancos de dados ou solicitando informações diretamente a pesquisadores e gestores. Na maioria destes dados, quando organizados segundo a cor e o sexo das pessoas, encontraremos desigualdade racial e pior situação para as mulheres negras.

Mulheres negras não são iguais

Você já sabia. Somos pessoas com idades diferentes, que vivemos em regiões diferentes. Que temos orientação sexual diferente. Temos salários individuais e renda familiar diferentes; além de diferentes anos de estudo. Todas vivemos diferentes condições físicas e mentais, uma vez que algumas de nós não temos qualquer deficiência ou problema de saúde e outras têm.

Responda: em que mais nós mulheres negras somos diferentes umas das outras?

O que nem sempre se sabe ou se nota é que estas diferenças entre mulheres negras podem significar desvantagens e desigualdades também entre nós. Cada uma das diferenças ou combinações de diferenças fazem com que cada mulher negra viva de forma diferente os efeitos do racismo patriarcal.

Alguns exemplos:

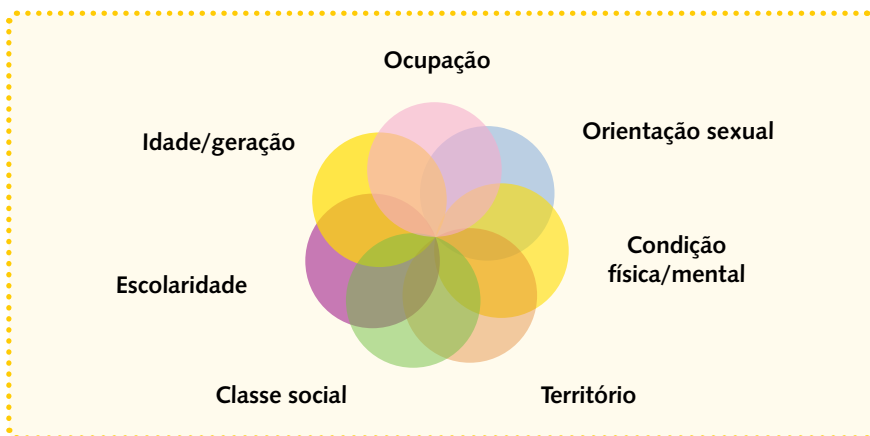
- uma mulher negra heterossexual tem diferentes vivências, vantagens e desvantagens, quando comparada a uma mulher negra homossexual.
- o mesmo acontece com uma mulher negra com deficiência quando comparada a outra que não tem deficiência alguma.

Estas diferenças vão ser tratadas diferentemente para quem reside em área rural ou urbana; nas regiões norte ou nordeste, ou no sul, sudeste ou centro-oeste nas favelas, nas florestas ou no asfalto, etc. Existem muitas diferenças que podem afetar a vida das mulheres negras, produzindo ou agravando as desigualdades. Chamamos este fenômeno de coexistência de fatores capazes de provocar subordinação de *interseccionalidade*.

A interseccionalidade permite a visibilização das diferenças – desigualdades e privilégios – entre mulheres e no interior da população negra e, desse modo, possibilita que se produzam respostas individualizadas, diretamente ligadas às vivências e necessidades de grupos específicos. O que as torna capazes de confrontar as desigualdades que se estabelecem tanto no plano geral da sociedade quanto intra-grupos, permitindo também maior eficiência e eficácia na execução – e na avaliação - de políticas públicas.

Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, **Nem Gênero, Nem Raça**, mimeo, 2007, p. 17

Figura 1: Interseccionalidades



Compreender os diferentes fatores que agem sobre cada mulher negra - as interseccionalidades - ajuda a enxergar melhor sua realidade, o que têm em comum. Permitindo também avaliar as diferenças e desigualdades que também existem entre nós. Além de ajudar a visibilizar as potencialidades, as vantagens, as capacidades que cada mulher ou grupo de mulheres negras têm, para podermos criar soluções singulares, individualizadas, para o fim das desigualdades, para enfrentar o racismo e para avaliar os resultados do que está sendo feito. ■

Mulheres negras - diferentes versões sobre nós

Somos uma população a que a sociedade brasileira tem, ao longo do tempo, desenvolvido diferentes narrativas para nos descrever ou classificar. Todas afetam nossa vivência cotidiana e a visão de gestores e profissionais das políticas públicas, influenciando as decisões que tomam ou necessitam tomar para melhorar nossas vidas.

São três as formas de narrativa ou classificação mais comuns: estereótipo e desvalorização; vitimização; orgulho. Veremos brevemente o significado delas a seguir.

Estereótipos e desvalorizações

Somos uma população a que a sociedade desvaloriza, criando estereótipos que nos descrevem como inferiores. Estes podem ser vistos na mídia, nos relatos sobre a história do Brasil, nas piadas, na cabeça de muitas pessoas.

Veja o exemplo da música do Palhaço Tiririca²:

**(...) Veja, veja, veja os cabelos dela!
Parece bombril de arear panela
Quando ela passa, me chama atenção
Mas seus cabelos não têm jeito, não
A sua catinga quase me desmaiou
Olha, eu não agüento o seu grande fedor
Veja, veja os cabelos dela!
Parece bombril de arear panela**

2 É bom lembrar que organizações negras, especialmente as de mulheres negras, processaram a empresa multinacional responsável pela veiculação da música e venceram.

**Eu já mandei ela se lavar
Mas ela teimou e não quis me escutar
Essa nega fede! Fede de lascar
Bicha fedorenta, fede mais que um gambá
Veja, veja, veja os cabelos dela (...)**

Há também imagens que nos retratam sempre como serviçais ou escravas. Ou aquelas em que somos mostradas como objetos sexuais. São imagens que fazem parte de nossa história, mas o que destacamos é que, apesar de se repetirem indefinidamente, elas não são as únicas expressões do que fomos ou somos. Elas não são compreendidas como resultados do racismo, mas naturalizadas ou ainda, como “provas” de nossa inferioridade. Assim, sua reiteração ajuda a visão que a sociedade tem a nosso respeito – e a nos manter em posições de inferioridade.

Você certamente conhece uma série de estereótipos. Quais?

Vitimização

São visões que nos consideram vítimas de violências e injustiças. Um aspecto importante da narrativa da vitimização, bem como aquela apoiada em estereótipos, é nos enxergarem como seres passivos, incapazes de produzir ou lutar por soluções ou por transformação social.

Ainda que seja real a profundidade como o racismo nos atinge e limita nossas oportunidades na vida, é preciso romper com mais esta visão limitada e inferiorizante e visibilizar nossas capacidades, resistências e ações.

Orgulho

Outro modo de nos descrever é o que destaca nossa resistência e resiliência. Esta visão rompe com estereótipos e vitimizações e assinala que somos parte de um grupo que tem longa história de luta. Afinal, temos lutado nestes mais de quinhentos anos da diáspora – e mesmo antes dela - contra forças muito maiores que nós. E temos seguido em frente, construindo comunidades e preservando nossa integridade.

Esta visão se apóia na história que se desenvolveu muito antes da derrota africana para o colonizador – antes da escravidão – e que continuou ao longo dos séculos até os dias atuais. Uma história repleta de nomes de mulheres fortes, lutadoras, importantes, que fazem referência a coletivos organizados, poderosos ou insatisfeitos, mas capazes de agir. Lamentavelmente é uma narrativa conhecida e utilizada por poucas e poucos, mas com que nos identificamos.

Uma vez que em nossas famílias e nossas comunidades, sempre encontramos outras mulheres negras cuja força e liderança têm sido essenciais para todos e todas nós. Mas que permanecem invisíveis para o restante da sociedade.



As narrativas de nossas antepassadas se perdem no tempo do continente africano, mas guardam nomes como o das Candaces, rainhas guerreiras cujos registros mais antigos datam do ano 170 a. C e que controlavam vastos territórios onde hoje estão Etiópia, Sudão e o sul do Egito. Falam também de Ngola (Rainha) Nzinga Mbande ou Rainha Ginga que viveu entre os anos 1583-1663 e reinou sobre os antepassados da maioria do povo brasileiro, provenientes da região que mais tarde deu origem a Angola. Temos também os nomes das que lutaram contra o regime da escravidão no Brasil, entre elas estão Aqualtune (PE), Acotirene (PE), Tereza de Quariterês (MT), Mariana Crioula (RJ), Zeferina (BA); as que refizeram e recriaram nossas tradições sagradas, como Na Agotime, da família real do Daomé (jeje), que trouxe o culto dos voduns até nós no final do século XVIII; ou como Iya Nasso, que plantou a tradição iorubá que deu origem ao Cadomblé, através do culto as orixás. E ainda mulheres líderes no século XX, como Laudelina de Campos Melo (1904-1991), Lélia Gonzalez (1935-1994) e Beatriz Nascimento (1942-1995).

Estas mulheres fazem parte de uma linhagem que se estende até os dias de hoje, que buscamos honrar e reverenciar. E mais, a que buscamos fazer parte.





Mulheres Negras, direitos e políticas públicas

Políticas públicas são iniciativas sustentadas pela sociedade que visam à redistribuição dos benefícios produzidos por todas e todos. Assim, a riqueza (material e imaterial) produzida deve ser, através delas, repartida entre os diferentes grupos sociais de forma equitativa, visando melhorar sua qualidade de vida e também possibilitar a geração de mais riquezas materiais e simbólicas.

As políticas públicas são também importantes instrumentos para correção das injustiças sociais. Uma vez que podem induzir e produzir profundas mudanças através da liderança, do exemplo e da ação constante e firme na redução de desigualdades, das discriminações e para a mudança ideológica.

Para que possam alcançar o objetivo de correção de injustiças e proporcionar igualdade, as políticas públicas devem contar com alguns elementos básicos. São eles:

Foco

Refere-se à definição objetiva do problema que se quer resolver ou da população que necessitamos beneficiar. É a partir desta definição de prioridade que ações, programas e metas são elaborados e desenvolvidos e cujos resultados devem acontecer primeiramente. Aqui, foco quer dizer o mesmo que ação afirmativa. Ou seja: eleger beneficiários imediatos e, a partir de suas especificidades e necessidades, políticas universais e políticas dirigidas ou específicas serão desenvolvidas.

Políticas para as mulheres negras devem levar em conta nossos modos de vida, nossos problemas, necessidades e também nossas capacidades e direitos. A partir deles, deve-se elaborar e desenvolver as propostas, as soluções, as políticas.

Inter (e intra) setorialidade

Ou seja, envolver diferentes setores e aspectos das políticas públicas. Desde nossa perspectiva, devem ser transversais, ou seja, atuar simultaneamente

sobre diferentes fatores e aspectos da vulnerabilidade em benefício de cada grupo populacional e suas necessidades. Rompendo com o modo mais comum de administração pública, que organiza as políticas setores – como saúde, educação, planejamento, promoção da equidade, etc, fazendo com que tenhamos que percorrer uma infinidade de caminhos e ações para que tenhamos nossos direitos e necessidades atendidos. Pior: ao desconsiderar diferentes necessidades ao prover ações e serviços de forma igual a tod@s, arrisca-se a agravar as desigualdades.

Assim, diante do fato de que as injustiças e necessidades têm múltiplas origens, mas nos atingem ao mesmo tempo – e principalmente, diante de nossa singularidade e direitos de cidadania - é preciso que as políticas se articulem e atuem de forma concomitante para que sejam capazes de alterar de modo efetivo e sustentado a realidade adversa que nos atinge.

Políticas para as mulheres negras deverão envolver diferentes setores, de modo a enfrentar as diferentes violências físicas e simbólicas, a pobreza, a baixa escolaridade, a desigualdade no mundo do trabalho, entre outros. Priorizando também enfrentar o racismo, o sexismo, a lesbofobia e as múltiplas discriminações que nos atingem na sociedade e nos mecanismos institucionais.

ATENÇÃO: Diante da complexidade e amplitude das situações, é fundamental que mulheres negras sejam interlocutoras na formulação e no acompanhamento das políticas. A isto chamamos de participação e controle social, um direito garantido na Constituição brasileira.

Transparência: disponibilização de informações de forma objetiva e simplificada para toda a sociedade sobre os processos em desenvolvimento, suas dificuldades e realizações; bem como sobre seus resultados e seus custos, é um aspecto fundamental que a sociedade – e nós mulheres negras – exigimos de toda gestão pública.

Interseccionalidade

É ferramenta fundamental para análise da nossa situação e para a visibilização da diversidade, das diferentes necessidades e das potencialidades dos grupos e populações.

Políticas para as mulheres negras devem reconhecer as diferenças e desigualdades entre nós, as diferentes necessidades, as diferentes capacidades e potencialidades, para que sejam capazes de produzir soluções adequadas e específicas.

Curto, médio e longo prazos

É preciso planejar ações e estabelecer prazos para que seus resultados possam acontecer de forma sustentável, sem deixar de resolver necessidades emergenciais. O que significa reconhecer também que mudanças sociais que erradiquem injustiças e desigualdades requerem compromissos e ações que devem ser desenvolvidas em tempo maior do que a duração de cada governo.

Políticas para as mulheres negras deverão, obrigatoriamente, apoiar-se em mecanismos consistentes que busquem garantir sua perpetuação no longo prazo. Tais mecanismos devem incluir, prioritariamente, o fortalecimento das mulheres negras e suas organizações – além de outros setores da sociedade civil comprometidos com os mesmos objetivos – para que busquem garantir a continuidade dos compromissos e iniciativas que apresentem boas perspectivas e resultados, diante das mudanças periódicas ou intempestivas de gestão.



Orçamento

Toda ação ou política pública utiliza recursos públicos para se desenvolver. Isto não quer dizer que cada nova política criada requer dinheiro novo, ou seja, que se amplie a cobrança de impostos ou que se desloquem recursos de outras ações igualmente importantes. Ainda que isto seja necessário em alguns casos, especialmente na disponibilização de recursos que financiarão mecanismos ou instâncias institucionais capazes de coordenar ações de promoção da equidade, na maior parte deles o que necessitamos é de utilização adequada e justa dos recursos existentes e já à disposição, para que não haja desperdícios ou desvios de finalidade.

Políticas para as mulheres negras requerem o direcionamento dos recursos para as necessidades e ações prioritárias destinadas ao grupo. Uma vez que já existem recursos nos diferentes setores e políticas que deveriam atingir esta população e não atingem devido à inadequação da ação ou do objetivo. Assim, é preciso saber direcioná-los e potencializá-los.

As mulheres negras pagam uma carga de impostos mais alta do que mulheres e homens brancos, uma vez que a maioria destina 45% de todo o recurso que ganha com seu trabalho para impostos pagos através do consumo. Já a população branca, com renda mais alta, tem apenas uma parte de sua renda (25%) direcionada ao pagamento de taxas. Restando a estes um percentual livre de qualquer taxação, que virá a constituir seu patrimônio.



Políticas universais, políticas focalizadas, ação afirmativa...

Políticas universais são aquelas destinadas a garantir patamares mínimos de qualidade de vida a toda a população. Elas visam atender aos direitos fundamentais prescritos pela constituição. No Brasil, saúde e educação fundamental são políticas universais assim definidas pela constituição. No entanto, sua definição como universal não é suficiente para fazer com que chegue a todos os grupos que têm direito a elas.

Políticas focalizadas são aquelas dirigidas a um determinado segmento social, de acordo com a necessidade expressa. No Brasil, a assistência social é um exemplo de política pública dirigida somente para a população que dela necessita.

Ação afirmativa, também chamada de discriminação positiva, é uma ferramenta utilizada para se alcançar a igualdade entre indivíduos e grupos com realidades desiguais. Ou seja, propõe que se utilizem critérios e mecanismos diferentes para pessoas e grupos diferentes ou desiguais. Busca produzir equidade³. Elas são formas de corrigir as desigualdades e fazer com que os direitos universais possam alcançar a todas e todos.

3 A natureza da equidade é a retificação da lei no que esta se revele insuficiente pelo seu caráter universal (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*).



Passo a passo:

Defesa, monitoramento e avaliação de políticas públicas para as mulheres negras.

Para enfrentar o racismo patriarcal, elaborar propostas, defender soluções e monitorar a implementação de políticas públicas que fortaleçam as mulheres negras sugerimos alguns passos. São eles:



Primeiro passo: Conhecer a situação das mulheres negras

Este conhecimento envolve diferentes aspectos:

- Analisar os indicadores sociais das mulheres negras brasileiras.
- Analisar os indicadores sociais das mulheres negras do local: estado, cidade, bairro, etc.
- Conhecer e analisar as interseccionalidades - ver as diferenças, vantagens e desvantagens que possuem.
- Ouvir a opinião das mulheres negras sobre sua situação e as soluções que esperam e/ou já desenvolvem.

Dicas

Conheça as fontes de dados oficiais: as políticas públicas são criadas levando em consideração estes dados. Dados oficiais são aqueles produzidos por instituições governamentais ou estatais. As principais a nível nacional são o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas e o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministérios e secretarias de estados e municípios também têm seus órgãos de produção de dados.

Conheça os dados: entre eles, o tamanho da população a quem você dirige seu trabalho e aqueles que informam as suas condições de vida. São eles: educação, saúde, moradia, padrões de consumo, entre outros. É importante escolher quais dados são realmente necessários para sua ação: precisão e simplicidade são vantagens.

Analise séries históricas de indicadores: quer dizer, os dados de diferentes épocas. Eles podem ser mensais, anuais, por década ou da forma que você considerar necessária. Assim, você poderá avaliar se houver mudanças ou melhoras.

Faltam dados?

Quando falamos em informação sobre o racismo e seus efeitos, uma denúncia recorrente é sobre a ausência ou insuficiência de dados desagregados por cor, ou seja, que informem a diferença entre branc@s e negr@s principalmente. Esta ausência foi utilizada, por longo tempo, como estratégia para encobrir a desigualdade racial e apoiar a crença na democracia racial. No entanto, na última década, cada vez mais se utiliza a variável cor no levantamento e análises de dados, fazendo com que tenhamos cada vez mais informações. Mas, se em alguns casos elas ainda não estiverem disponíveis, temos alguns caminhos a seguir:

- a•** Exigir a coleta e disponibilização urgente de dados segundo a raça/cor, com a realização de novas análises nas bases de dados ou de novas pesquisas;
- b•** Utilizar indicadores que podem servir como aproximação aos dados raciais. Em muitos casos, utilizamos a informação sócio-econômica para nos aproximarmos da situação de negras e negros, uma vez que sabemos que esta população é a maioria entre pobres no país e nos estados e municípios. Assim, haveria uma proximidade ou semelhança entre os dados da população pobre e a população negra.
- c•** Se ainda assim faltarem informações, você poderá obtê-las junto às pessoas para quem sua ação se dirige e outros profissionais e gestores que atuam ou atuaram na mesma região

Conhecer a visão das mulheres negras com quem e para quem você trabalha é um momento essencial. Uma vez que, mesmo que você seja uma mulher negra que vive no mesmo local onde vivem as mulheres negras para quem sua ação se dirige, é preciso lembrar que ninguém é igual e as interseccionalidades ajudam a visibilizar as diferenças e desigualdades. Todas têm o mesmo direito a serem reconhecidas e atendidas – e a se expressarem. Estas informações também vão colaborar para a elaboração de soluções mais adequadas a cada uma e a cada grupo. Questionários/ entrevistas, reuniões, conversas com elas, são fontes importantes de informações.

2

Segundo passo: Conhecer as políticas públicas

- fazer o levantamento das políticas públicas que existem e como são feitas no país, no estado, na cidade, no local.
- conhecer os direitos que todas as pessoas, e as mulheres negras, têm quais deles são cumpridos e quais são violados.
- ouvir a opinião das mulheres negras sobre estas políticas e seus resultados.

Dica

Pode ser interessante começar por aquelas políticas que se propõem a alterar a qualidade de vida das mulheres negras ou aquelas mais ligadas à ação que você desenvolve ou quer desenvolver. Busque saber como elas são desenvolvidas, quais seus mecanismos, suas falhas, seus resultados.

Hora de analisar...

Com todas as informações à disposição, é hora de entendê-las, pensar sobre elas. Algumas perguntas podem ajudar. Suas respostas darão um diagnóstico básico sobre a situação das mulheres negras e sobre a capacidade das políticas públicas em curso terem um resultado adequado. São elas:

Em relação aos dados

- O que dizem sobre as mulheres negras?
- O que dizem sobre o lugar em que vivem?

- Eles indicam uma boa qualidade de vida?
- Quais as boas notícias? Quais as carências?
- Existem diferenças e/ou desigualdades entre estas mulheres negras? E entre elas e os homens negros?
- E em relação a mulheres de outros grupos raciais, alguma semelhança?
- Alguma diferença em relação aos homens dos outros grupos raciais?
- Há alguma desigualdade?

Em relação às políticas públicas

- Quando começaram?
- Quem é responsável por elas?
- Quais e quantos são os recursos envolvidos?
- Elas alcançam todas as pessoas que deveriam alcançar? Alcançam da mesma forma?
- Elas têm sido capazes de melhorar a vida das mulheres negras?
- Elas podem melhorar? Como?
- Qual a opinião das mulheres negras sobre elas?

Em relação às mulheres negras

- Qual sua visão de mundo e dos problemas que enfrentam?
- Qual seu nível de participação política?
- Como participam – conselhos, reuniões, organizações, outros?
- Consideram suficientes seu conhecimento e entendimento das políticas públicas?
- Quais são suas relações com outros grupos – de mulheres, de negros, de outras populações?
- Que soluções enxergam ou desenvolvem?
- Quais são as outras perguntas que você precisa fazer para ter um retrato mais adequado?

3

Terceiro passo: Planejar as ações

- Defina o objetivo a atingir
- Escolha os meios, os caminhos para atingir o objetivo.
- Defina as parcerias com que precisa contar.
- Calcule quais recursos necessitará utilizar e suas fontes.
- Defina um cronograma, ou seja, organize as ações de acordo com o tempo que vai levar para realizá-las e para alcançar os resultados esperados.
- Defina as formas de avaliar se as ações estão se desenvolvendo conforme o esperado e de avaliar os resultados.

Para definir seus objetivos, sugerimos que você responda às seguintes perguntas:

- Qual o problema você quer ajudar a resolver?
- A solução deste problema contribui para mudar alguma coisa? O que?
- Qual aspecto ou perspectiva da ação ou política pública você considera importante melhorar, alterar ou suprimir?
- Quais são os outros grupos ou ativistas que atuam na mesma perspectiva?
- Como envolver as mulheres negras em todo o processo?
- Quais os canais de controle social disponíveis nesta área? Como participar deles?

A partir destas informações, pode ser útil traçar um plano que envolva diferentes aspectos ou objetivos, por exemplo: mobilização e inserção de mulheres negras nos processos de defesa de direitos; participação em instâncias de controle social; qualificação de gestor@s e trabalhador@s, etc.

Após a definição dos objetivos, é o momento de responder às seguintes questões:

- Como você vai atingir o objetivo definido?

- Quais os diferentes passos ou atividades você precisa fazer em cada momento desta ação? Não se esqueça de ser o mais detalhista possível.
- O que você vai precisar utilizar em cada um destes passos ou atividades?
- Que materiais? Quantas pessoas deverão trabalhar em cada momento?
- Quanto você calcula que vai custar cada momento? De onde virão os recursos?

É importante analisar os custos das ações de defesa de direitos, da mesma forma que se analisam os custos das políticas públicas. Uma vez que eles serão pagos – seja por recursos públicos provenientes dos impostos que pagamos; seja pelas próprias pessoas envolvidas, que realizem trabalhos voluntários.

Cronograma

Significa determinar o tempo de realização de cada atividade. E saber quanto tempo deve levar para atingir o objetivo proposto. Uma forma comum de elaborar o cronograma é fazer uma tabela contendo as atividades que deverão ser desenvolvidas e marcar, na tabela, o tempo segundo os meses, os trimestres, os anos – você escolhe. Veja o exemplo abaixo:

Objetivo: Criar uma horta comunitária

Atividades	semana 1	semana 2	semana 3	semana 4	semana 5	semana 6
Reunir moradores	X					
Escolher o terreno		X				
Comprar sementes e fertilizantes		X				
Preparar o terreno			X			
Plantar				X		
Fazer manutenção					X	X

Monitoramento e avaliação

Uma parte importante do planejamento é a definição de formas de verificar se as coisas estão sendo feitas como o planejado e apresentam resultados esperados para cada fase prevista. Chamamos este processo de monitoramento e avaliação.

Para que o processo de monitoramento e avaliação produza os resultados esperados, ou seja, detectar problemas ou dificuldades ainda em seu início, possibilitar a correção de rota a tempo, evitar graves prejuízos ou desperdícios, é preciso estabelecer marcos, respostas u realizações que devem ser obtidas em cada fase da ação, de modo a comprovar o bom andamento do trabalho. Vejamos o exemplo abaixo:

Objetivo: Criar uma horta comunitária

Atividades	Indicador de Processo	Indicador de Resultado
Reunir moradores	Número de convites entregues	Lista de presença na reunião
Escolher o terreno	Mapa dos terrenos	Terreno escolhido
Comprar sementes e fertilizantes	<ul style="list-style-type: none">• Lista de sementes e fertilizantes necessários• Tomada de preços nos mercados da região	Estoque de sementes e fertilizantes disponíveis
Preparar o terreno	<ul style="list-style-type: none">• Lista de moradores Inscritos para o mutirão• Número de kit de ferramentas disponíveis para o mutirão	Terreno pronto para a plantação

Depois de preparado o projeto, definido o cronograma, reunidos os recursos e insumos necessários, é o momento da ação.

Boa sorte. Bom trabalho. E conte conosco!



Criola é uma organização da sociedade civil fundada em 1992 e, desde então, conduzida por mulheres negras. Criola define sua atuação com base em sua missão e visão institucionais, a partir da defesa e promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integrada e transversal.

Missão • Instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para ações de combate ao racismo, ao sexismo e a lesbofobia e para a melhoria das condições de vida da população negra.

Visão • Visamos a inserção de mulheres negras como agentes de transformação, contribuindo para a elaboração de uma sociedade fundada em valores de justiça, equidade e solidariedade, em que a presença e contribuição da mulher negra sejam acolhidas como um bem da humanidade.

No processo de operação de sua missão, Criola elege grupos prioritários de atuação – grupos de mulheres ativistas; líderes de religiões de matriz africana; catadoras e domésticas; adolescentes e jovens. Com eles trabalha a geração de informação, pesquisa e conhecimento sobre o contexto em que se inserem as políticas públicas, e a qualificação dessas mulheres em mecanismos de diálogo e intervenção junto a gestores públicos. Por meio desses instrumentos favorece a atuação conjunta desses grupos de mulheres negras na luta política pela conquista de respeito, reconhecimento e transformação nos padrões de qualidade de vida.

Criola elege • Criar e aplicar novas tecnologias para a luta política de grupos de mulheres negras • Produzir conhecimento qualificado por dados específicos sobre o contexto atual das questões de direitos • Formar lideranças negras aptas a elaborar suas agendas de demanda por políticas públicas e a conduzir processos de interlocução com gestores públicos • Incrementar a pressão política sobre governos e demais instâncias públicas pela efetivação de direitos, particularmente o direito à saúde, o acesso à justiça e à equidade de gênero, raça e orientação sexual.